



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

24 de agosto 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Capa

Data: 24/08/2012

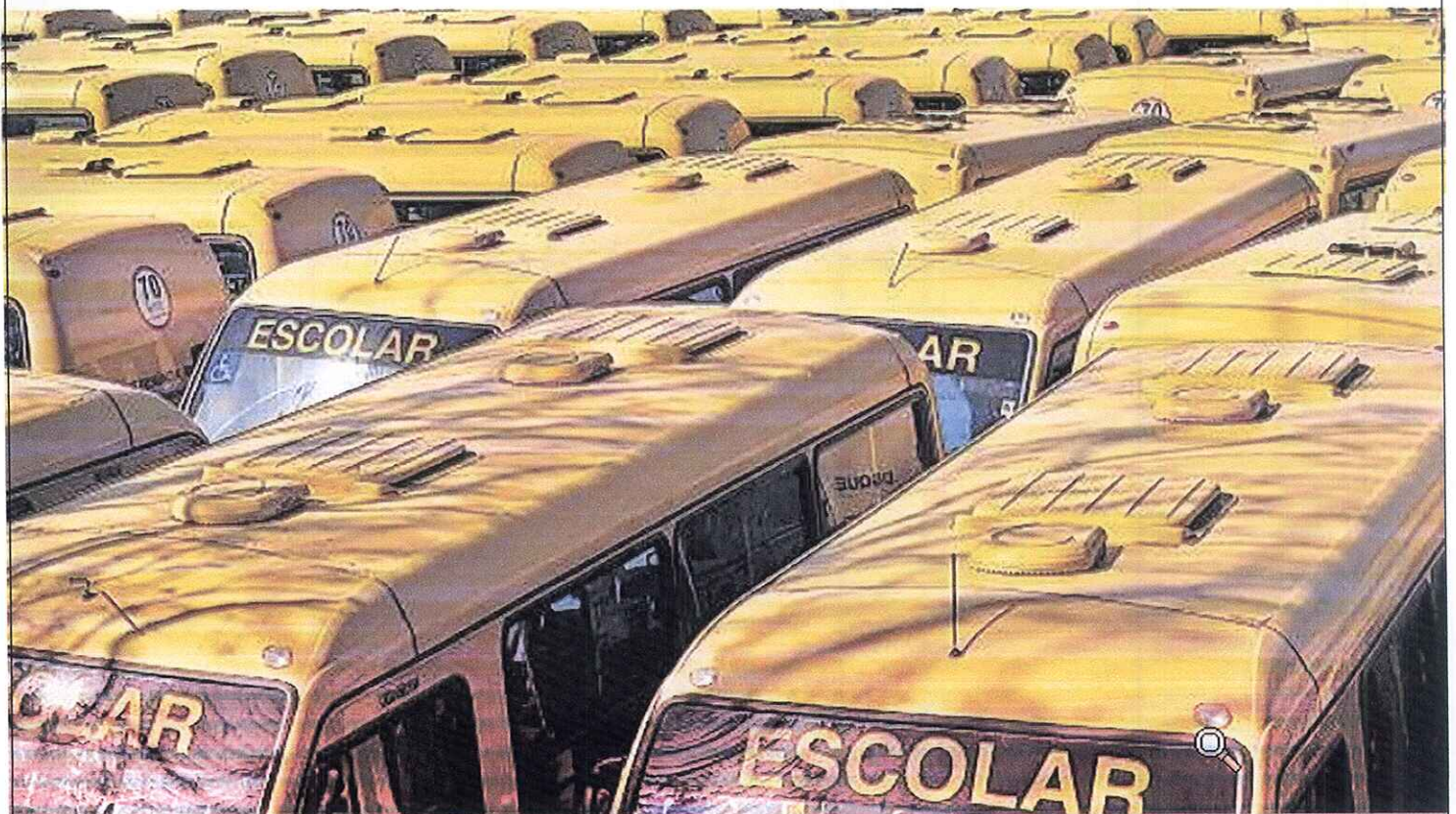
Assunto: Burocracia deixa parados 135 novos ônibus escolares

Página: Capa

DIÁRIO CATARINENSE

Burocracia deixa parados 135 novos ônibus escolares

Há 35 dias em estacionamentos da Grande Florianópolis, veículos com capacidade para transportar 3.971 alunos da rede estadual só devem chegar aos municípios em novembro.



Encomendados pelo governo federal por R\$ 17,9 milhões, veículos aguardam a liberação da compra pelo Estado



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 24/08/2012

Assunto: Impasse estaciona ônibus em pátios

Página: 06 e 07

DIÁRIO CATARINENSE

Impasse estaciona ônibus em pátios

A falta de planejamento, troca de informações e conversa entre os três níveis do Executivo causaram um imbrólio para melhorar a rede de transporte escolar para 3.971 alunos catarinenses. Recursos foram liberados, ônibus comprados, mas faltou prazo para a assinatura de convênio entre o Estado, Assembleia Legislativa e as prefeituras para a cessão dos veículos. E, em ano eleitoral, a circulação de novos ônibus só se dará em novembro.

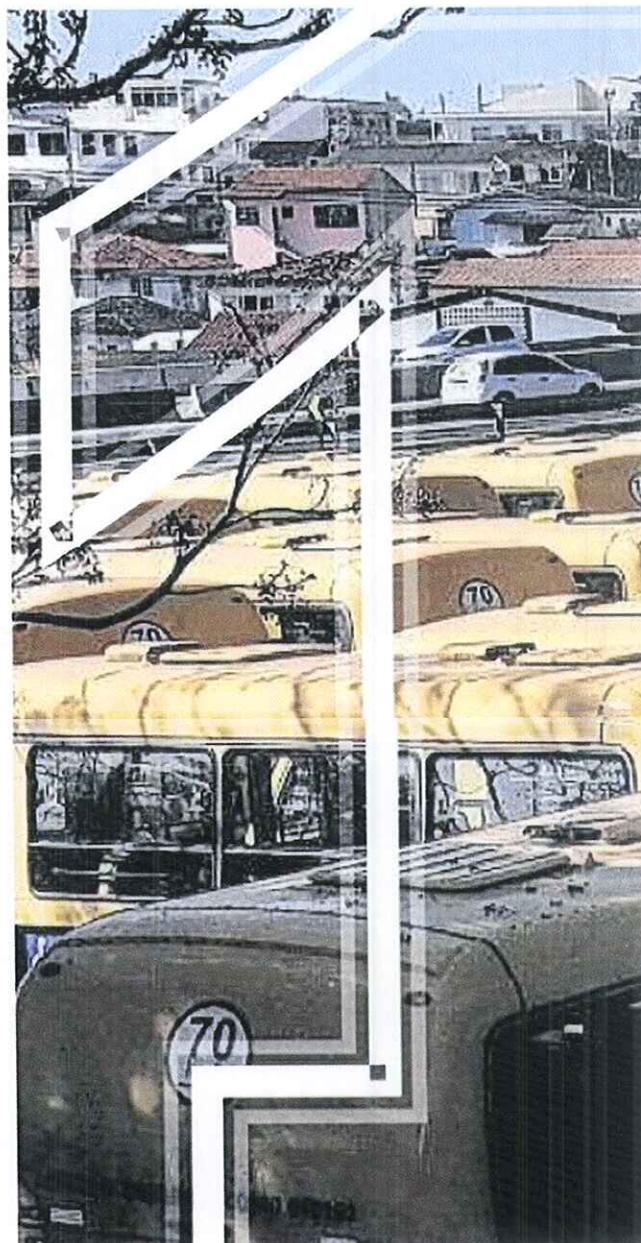
GABRIELLE BITTELBRUN

Ônibus escolares novos que deveriam ser destinados ao transporte de alunos da rede estadual não saem do mesmo ponto há mais de um mês. No final de junho, um programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, garantiu recursos a serem aplicados em 135 veículos para estudantes catarinenses. Mas, por enquanto, 133 dos ônibus, fornecidos pela Iveco, só serviram para colorir de amarelo dois terrenos na Grande Florianópolis. Enquanto não se resolve o caso, a burocracia se torna mais um empecilho para 3.971 estudantes chegarem à escola. Outros dois são da montadora Volkswagen. A montadora preferiu não comentar o assunto.

Quem se depara com a frota imóvel desde 20 de julho custa a encontrar explicações. O motorista de van escolar José Francisco da Silva foi conferir de perto os veículos estacionados e tentou imaginar a falta que eles fazem para atender os estudantes.

– Para as crianças que não têm condições, seria de grande valia – estima José Francisco.

De acordo com a Iveco, responsável pelo fornecimento da maioria dos ônibus, como os recursos foram liberados e a frota foi solicitada pelo governo federal, faltaria apenas a assinatura do empenho e de um contrato formal com o Estado.



Empresa venceu pregão nacional

Depois desse procedimento e de uma vitória, os ônibus, que têm, inclusive, o selo do FNDE, poderiam ir às ruas. O representante de vendas a governo Luís Felipe Nunes ressaltou que a Iveco foi uma das vencedoras do pregão nacional concluído ano passado e confirmou que os 133 ônibus foram fabricados exclusivamente para o Estado. Luís Felipe reclama da falta de resposta da secretaria.

– Eu não sei mais o que falta. Quanto mais tempo, mais transtorno para nós. E as cidades ficam sem ônibus – resalta.

Como ainda não foi assinado o contrato, a empresa é responsável pela manutenção dos ônibus e por disponibilizar o local para eles ficarem estacionados em um terreno da Iveco em Palhoça e em uma área em São José, cedida pelo Dnit.

SC aplicou R\$ 68,1 milhões

Uma lei federal garante o transporte escolar para alunos da rede estadual e da rede municipal. Em SC, uma lei de 2006 determina que o serviço deva ser oferecido pelo Estado para alunos da rede estadual que morem a, no mínimo, três quilômetros de distância do colégio.

De acordo com a diretora de apoio ao estudante da Secretaria de Estado da Educação, Vera Simão Rzatki, os investimentos com o transporte neste ano superaram os R\$ 68,1 milhões.

São recursos aplicados na manutenção dos veículos e no auxílio à aquisição dos ônibus, em convênios com as cidades e também no fornecimento de vale-transporte. O repasse é analisado todos os anos.

A Federação Catarinense de Municípios (Fecam) reivindica anualmente as verbas no setor. Para o diretor de Relações Institucionais da Federação, Celso Vedana, os recursos aplicados na área no Estado são insuficientes, principalmente em locais onde os ônibus têm de percorrer trajetos maiores como em Lages, município de maior extensão.

– Em cidades com número de estudantes menor e com grandes distâncias, fica caro para fazer o transporte dos estudantes. O orçamento ainda é insuficiente para cobrir – explica Vedana.

Decreto atrasou procedimentos

Em nota, a Secretaria de Educação informou que realiza os procedimentos de compra por meio de adesão ao pregão do Ministério da Educação (MEC) ou por lançamento de pregão próprio. A pasta afirmou que os ônibus são responsabilidade da empresa fabricante, já que o contrato não foi assinado. Os veículos serão repassados às cidades, propostas pela Assembleia Legislativa, por um termo de concessão de uso ou doação. O prazo final para a entrega dos veículos, respeitando-se o compromisso firmado com o governo federal, é junho de 2013.

Os recursos para a secretaria foram angariados em 28 de junho, por meio de um plano nacional. O plano previu um total de R\$ 34 milhões para SC, investidos na estrutura das escolas e em ônibus escolares.

Um decreto estadual de 2009, obrigando licitação para contratação de materiais e serviços, impediu a aquisição dos ônibus. Uma nova determinação, assinada pelo Executivo no último dia 7 de agosto, abriu uma exceção para ações vinculadas ao governo federal e de interesse público na área da educação, garantindo o benefício.

Mesmo assim, o Estado ainda esbarra em questões burocráticas. Até que fosse firmada a nova resolução, o prazo para a adesão ao pregão nacional, relacionado à compra dos ônibus, expirou. Agora, a secretaria precisa resolver a questão antes de adquirir os veículos. A pasta pretende comprar e entregar os ônibus após o período eleitoral, pois a distribuição durante essa fase poderia ser considerada campanha política. Na prática, os alunos não terão os ônibus antes de novembro.

g1.globo.com/brasil

INVESTIMENTOS FEITOS PELO MEC

Brasil
8.570
novos ônibus



ônibus da Iveco, com capacidade de até 29 alunos sentados

Valor de R\$ 132 mil cada

133

Santa Catarina

135

2



ônibus da Volkswagen, com capacidade de até 57 alunos sentados

Valor de R\$ 214.880 mil cada

Investimento em SC R\$ 17,985 milhões

Prazo de entrega junho de 2013

** Foram definidas 134 cidades contempladas. A Secretaria de Estado da Educação ainda vai decidir se uma cidade receberá dois ônibus ou se um novo município será beneficiado, o que vai totalizar a frota de 135 veículos

Trajeto é mais demorado

Joaçaba

DAISY TROMBETTA

Mesmo nas cidades pequenas, os ônibus estacionados no pátio fazem falta. Em Joaçaba, no Meio-Oeste, uma das cidades na lista para receber os coletivos, eles poderiam melhorar a vida dos alunos. Principalmente de quem frequenta as atividades na EEB Professora Julieta Lentz Puerta, na comunidade de Nova Petrópolis.

O local fica a 20 quilômetros do Centro do município e abriga 180 estudantes, de todos os bairros e até de uma cidade vizinha. Quem torce para que o ônibus seja destinado para o transporte na sua escola é Monalisa Dahmer, de 14 anos, matriculada na 8ª série. Ela pega

dois ônibus e gasta pelo menos uma hora para chegar até a escola de Nova Petrópolis. No coletivo, ela divide espaço com trabalhadores e demais usuários do serviço. E é obrigada a enfrentar trajetos que poderiam ser cortados, caso o veículo fosse exclusivo para o transporte escolar.

– A gente ganha o passe, mas o ônibus de linha demora muito por causa do roteiro, além de estar sempre cheio. Acho que um transporte exclusivo para os alunos facilitaria a vida de todos – opina.

Além de Monalisa, pelo menos outros 160 alunos da escola dependem de ônibus ou de vans para frequentar as atividades, o que representa cerca de 90% dos estudantes matriculados no local.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 24/08/12
Assunto: Editorial: As mudanças no Ideb		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

Editorial: As mudanças no Ideb

"Além de efeitos tecnicamente desastrosos, que comprometeriam o sistema de avaliação que foi montado ao longo de quase duas décadas, a iniciativa de Mercadante não passa de um expediente para eximir seus antecessores", afirma jornal.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, não quer aprender as lições que tão evidentemente emergem dos resultados do último Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb), que apontou avanços tímidos no Ensino fundamental e estagnação no Ensino médio, entre 2009 e 2011. O ministro da Educação prefere mudar os critérios e os métodos desse mecanismo de avaliação, que combinam resultados de desempenho com fluxo Escolar, a pretexto de "aperfeiçoá-lo". Ou seja, está à procura de um indicador que não exiba nitidamente os fracassos do setor que dirige.

Criado em 2005 e calculado a cada dois anos, o Ideb mede a qualidade das redes pública e privada do Ensino fundamental e médio com base nas notas obtidas pelos estudantes na Prova Brasil, nos dados do censo Escolar do MEC e em informações fornecidas pelos Estados e municípios. O Ideb já fornece uma boa série histórica e estatísticas confiáveis, que permitem acompanhar os avanços e retrocessos da Educação básica e avaliar as políticas adotadas pelo MEC para esse nível de Ensino. Mas Mercadante quer substituir a Prova Brasil - baseada em testes aplicados na 4.^a e na 8.^a séries do Ensino fundamental e na 3.^a série do Ensino médio, com foco em leitura e matemática - pelos resultados do Enem.

O problema é que a Prova Brasil e o Enem são avaliações distintas, com objetivos diferentes. Na Prova Brasil, os resultados mostram o desempenho de cada Escola e os resultados são comparáveis ao longo do tempo. Já o Enem serve para avaliação do Aluno.

A última Prova Brasil mostrou que o desempenho dos estudantes do Ensino médio não evoluiu, entre 2009 e 2010. Já os resultados do último Enem - um mecanismo de avaliação que perdeu credibilidade depois que foi "aperfeiçoado" pelas administrações petistas, em meio a uma sucessão de trapalhadas administrativas - mostram um avanço na aprendizagem.

Argumenta Mercadante, que o Enem se converteu num vestibular unificado para as universidades federais e, por isso, os estudantes fariam com mais empenho essa avaliação do que a Prova Brasil. "O Enem ele faz sabendo que é uma prova decisiva" (sic!), diz ele. Com a substituição de uma prova pela outra, com a justificativa de que no Enem "os estudantes dão o melhor de si", enquanto na Prova Brasil eles não teriam a motivação necessária para se preparar, o que o ministro da Educação pretende - por mais que negue - é maquiagem os números do Ideb.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Além de efeitos tecnicamente desastrosos, que comprometeriam o sistema de avaliação que foi montado ao longo de quase duas décadas, do ponto de vista político a iniciativa de Mercadante não passa de um expediente para eximir seus antecessores e companheiros de partido - Tarso Genro e Fernando Haddad - de qualquer responsabilidade pelo estado em que se encontra o Ensino básico. Quer vender a ideia, com a troca, de que não é o Ensino que é ruim; é o meio de aferição que é precário.

"A troca é um erro. Uma coisa é a discussão do vestibular nacional, que envolve o que deve ser cobrado dos Alunos. Outra é a avaliação do Ensino médio, tarefa que a Prova Brasil foi estruturada para cumprir. Não se deve misturar as coisas", diz Ocimar Alavarse, Professor da Faculdade de Educação da USP. Em artigo publicado pelo Estadão, a diretora do movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, lembrou que os gargalos do Ensino médio só serão superados por meio de maior oferta de Professores qualificados em ciências exatas e da modernização das técnicas de gestão Escolar - medidas sobre as quais Mercadante até agora não se pronunciou.

Responsáveis por 97% das matrículas na rede pública de Ensino médio, os secretários estaduais de Educação não escondem que temem as consequências das mudanças disparatadas que Mercadante anuncia. A reforma do Ensino médio "não é algo que se faça rápido. É preciso uma discussão ampla no Conselho Nacional de Educação", diz o secretário de Educação de Goiás, Thiago Peixoto, resumindo a posição de seus colegas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 24/08/2012
Assunto: Pré-Vestibular da UFSC/SED realiza aula inaugural nesta segunda-feira		Página: Online



Pré-Vestibular da UFSC/SED realiza aula inaugural nesta segunda-feira

Agecom UFSC
24/8/2012 12:24:47

O Pré-Vestibular da UFSC/Secretaria Estadual de Educação realiza Aula Inaugural em Florianópolis nesta segunda-feira, 27, a partir das 19h30min, no Centro de Cultura e Eventos da UFSC – Campus Universitário. Cerca de 1.000 alunos das unidades da Grande Florianópolis (UFSC, Instituto Estadual de Educação, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu) participam do evento. O Pré-Vestibular da UFSC/SED é oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SED).

Participam do evento a reitora da UFSC, Roselane Neckel, e o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps. Também estarão presentes a vice-reitora da Universidade, Lúcia Helena Pacheco, a secretária-adjunta de Educação, Elza Moretto, o pró-reitor de Extensão, Edison da Rosa, a pró-reitora adjunta, Maristela Helena Zimmer Bortolin, a diretora de Educação Básica e Profissional, Scheilla Maria Soares Marins, a assistente social da UFSC Corina Martins Espíndola e o idealizador do Pré-Vestibular, Otavio Auler.

Além da solenidade de abertura, que contará com a fala das autoridades presentes e de uma breve apresentação da trajetória de nove anos do curso, os alunos também assistirão a um show de stand up comedy com o humorista WMarcão. O mestre de cerimônias do evento será o apresentador Kleber Saboia, o Bola. O evento também contará com a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

participação de Wagner Segura, grande nome do chorinho em Florianópolis.

As aulas do Pré-Vestibular da UFSC/SED beneficiam 3.200 alunos em 2012, em unidades distribuídas por 29 cidades do estado: Araranguá, Balneário Camboriú, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Canoinhas, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis (Instituto Estadual de Educação e UFSC), Imbituba, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Navegantes, Palhoça, Rio do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, São José, Tubarão e Xanxerê.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Câmara dos Deputados	Editoria: Notícias	Data: 24/08/12
Assunto: Cota em universidade para aluno de escola pública divide opiniões; presidente deve sancionar lei		Página: Online



Cota em universidade para aluno de escola pública divide opiniões; presidente deve sancionar lei

A cota de 50% será distribuída prioritariamente para negros, pardos e índios, de acordo com a proporção dessas raças em cada estado

A presidente Dilma Rousseff tem até o dia 29 de agosto para sancionar o projeto de lei que reserva metade das vagas das universidades federais para os Alunos que cursaram todo o Ensino médio em Escolas públicas. O governo federal já sinalizou que irá vetar apenas um dispositivo da proposta, o que estabelece como critério para a escolha dos Alunos a média das notas no Ensino médio, sem vestibular ou exame parecido.

A proposta das cotas (PLC 180/08 no Senado e PL 73/99 na Câmara) foi aprovada no último dia 7 de agosto pelo Senado. O texto já havia sido aprovado em novembro de 2008 pela Câmara. Se for sancionado, metade das vagas de todas as universidades federais do País passa a seguir o novo critério de seleção.

Pela proposta, todas as vagas reservadas serão distribuídas prioritariamente para negros, pardos e índios, de acordo com a proporção dessas raças em cada estado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se esses candidatos não preencherem todas as vagas disponíveis, as restantes serão ocupadas pelos demais Alunos das Escolas públicas.

Metade da cota, ou seja, 25% do total de vagas das federais serão destinados apenas aos Alunos com renda familiar de até um salário mínimo e meio (hoje R\$ 933) por pessoa. O restante poderá ser ocupado por estudantes com renda maior. O critério racial, porém, deverá ser observado por ambos os grupos.

Fosso - O deputado Emiliano José (PT-BA), integrante de movimentos sociais pela igualdade racial, comemorou a aprovação da reserva de metade das vagas de universidades federais para Alunos de Escolas públicas, com prioridade para negros, pardos e índios. Segundo ele, a medida ajuda a superar “o fosso que existe entre brancos e negros”.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Emiliano José afirmou que a desigualdade deve ser combatida com políticas específicas. “Vivemos quase quatro séculos de escravidão e ninguém passa por isso impunemente. Acreditar que só pela melhoria geral da Educação, por exemplo, os negros iriam ascender é um equívoco muito grande”, argumentou.

No entanto, para o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), integrante da Comissão de Educação, a regra reforça o preconceito no País. O parlamentar defende as chamadas cotas sociais, que levam em consideração somente critérios de renda, mas acredita que as cotas raciais tendem a aumentar a distância entre brancos e negros.

“Só há uma raça, a raça humana. Trazer para o Brasil o debate da questão racial é importar uma questão que nunca nos afetou. O Brasil é o país da mistura, da miscigenação”, afirmou.

Raça - Onyx Lorenzoni disse ainda que a prioridade para os autodeclarados negros, pardos e índios pode prejudicar os brancos que enfrentam dificuldades financeiras. “Como será quando o menino é pobre e branco, filho de imigrantes poloneses, filho de índios que se misturaram com imigrantes europeus? Eu não vejo nenhum sentido em ‘racializar’ um País que é uma grande mistura e tem nessa mistura sua força”, disse.

Emiliano José discordou. “O branco que é pobre não fica de fora porque a lei de cotas privilegia os egressos das Escolas públicas. O fato, no entanto, é que a maioria dos pobres é negra, e isso precisa ficar claro”, afirmou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário de Notícias (Criciúma)	Editoria: Cidades	Data: 24/08/12
Assunto: Gestores da educação participam do Curso “Educação pela vida contra drogas”		Página: 12

Diário de Notícias

Gestores da educação participam do Curso “Educação pela vida contra as drogas”

Criciúma

Os gestores das escolas que compõe a Gered de Criciúma estão participando do curso “Educação pela vida contra as drogas”. O objetivo é orientar os educadores a trabalhar com métodos preventivos, fortalecendo o elo entre a escola e a família. A iniciativa é do Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN) em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Criciúma. A programação iniciou na manhã de ontem e segue até o final da tarde de hoje. As atividades acontecem das 8h às 12h e a tarde entre 13h30 e 17h30.

A palestra é por conta do delegado aposentado da Polícia Federal, José Francisco dos Santos Neto, que também é voluntário do CONEN. Ele afirma

que apesar de o assunto ser antigo, os gestores da educação necessitam de encorajamento para lidar com o assunto. “Nós queremos estimular os gestores e professores para que ajudem as escolas. Eles precisam saber como lidar com estes assuntos e intervir junto às famílias. A escola é um lugar fértil pra implantar projetos, pois os alunos confiam nos professores. Além do mais o laço entre escola e família é forte, assim um reflete o outro”, explica.

O curso está sendo tratado pelos organizadores como um projeto piloto. A intenção é fomentar a iniciativa em outras regionais, alcançando todo o estado de Santa Catarina. A conselheira do CONEN/SC e do COMAD, de Criciúma, Fátima Silvano projeta o desenvolvimento do curso. “Isto serve como capacitação, e

quando o assunto é drogas, não podemos perder tempo. Há uma necessidade de buscar ajuda e recursos que forneçam ferramentas para os professores e toda a equipe de gestão escolar”, conta a conselheira, que também é coordenadora do colégio Professor Pedro da Ré.

Em setembro acontece mais uma etapa do curso em Criciúma. No mesmo mês, Tubarão recebe o projeto, que deve acontecer também em Joinville. A gestora da Escola Maria José Hülse Peixoto, Edileuza Bittencourt, aprova a ideia. “Não sabíamos como lidar com este assunto. Estamos aqui para aprender e desenvolver isto na escola. É importante estudar os malefícios das drogas, entender aspectos familiares e a forma como enfrentar este problema”, diz.